

PROJETO DE LEI Nº , DE 2006
(Do Sr. CELSO RUSSOMANNO)

Altera o art. 351 do Decreto-Lei nº
2.848, de 07 de dezembro de 1940 –Código
Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 351 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de
dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 351.....

Pena – reclusão de um a dois anos.(NR)

*§ 1º Se o crime á praticado a mão armada , ou por
mais de uma pessoa, ou mediante arrombamento, a pena é
de reclusão, de três a seis anos.(NR)*

§ 2º

*§ 3º A pena é de reclusão de dois a quatro anos, se o
crime é praticado por pessoa sob cuja custódia ou guarda
está o preso ou internado. (NR)*

*§ 4º No caso de culpa do funcionário incumbido da
custódia ou guarda , aplica-se a pena de detenção, de seis
meses a um ano, e multa.”(NR)*

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A violência disseminada na sociedade, hoje em dia, é tão
grande que tornou-se preocupante.

A paz e a segurança públicas são vulneráveis pela ação dos delinqüentes que contam com a impunidade.

Se o preso foge facilmente dos presídios, com o auxílio de pessoas que têm a sua guarda ou custódia, ou de qualquer pessoa ou bando que possa invadir as casas de detenção, a pena privativa de liberdade torna-se ineficaz.

Como a fuga de detentos nessa situação tem ocorrido com freqüência, especialmente porque os presídios estão superlotados, torna-se necessário aumentar a pena para punir as pessoas que têm promovido ou facilitado a fuga de presos ou pessoas sujeitas a medidas de segurança.

A presente proposição foi elaborada com essa finalidade, passando a pena para reclusão em lugar de detenção e tornando mais elevada a pena mínima do § 1º, para maior segurança da sociedade.

As penas dos §§ 3º e 4º também foram elevadas para punir aqueles que têm o dever funcional de manter o encarceramento, como guarda, carcereiro e outros.

Todavia, na hipótese culposa do § 4º, a pena não pode ser demasiadamente elevada para não contrariar a sistemática do Código Penal em relação à hierarquia dos bens juridicamente protegidos.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado CELSO RUSSOMANNO